



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**MINEC-PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO DE MOÇAMBIQUE NO MUNDO
E CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL**

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI, PRESIDENTE
DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, NA SESSÃO DE ABERTURA DO
DÉCIMO CONSELHO COORDENADOR DO MINISTÉRIO DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO.**

MAPUTO, 5 DE MAIO DE 2022

Senhora Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;

Senhor Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;

Senhores Antigos Ministros e Vice-Ministros dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;

Senhores Deputados da Assembleia da República;

Senhores Antigos Embaixadores, Altos Comissários e Cônsules da República de Moçambique;

Senhores Membros do Conselho Coordenador;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Permitam-me que saúde todos os quadros do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, instituições subordinadas e tuteladas, bem como as Missões Diplomáticas e Consulares da República de Moçambique que, com a sua presença, prestigiam esta reunião anual dos principais actores e intérpretes da nossa diplomacia e política externa.

Por ocasião da abertura oficial do Conselho Coordenador, queremos exprimir palavras de apreço, às diferentes e sucessivas entidades que lideraram e deram o seu contributo na edificação e crescimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, que se afirma como organismo incontornável na representação do país em todos os quadrantes e fóruns do mundo, defendendo sempre o interesse nacional.

Apraz-nos a firmar que temos visto e acompanhado, com agrado, o esmero com que os compatriotas desta instituição planificam e executam as orientações no quadro da nossa Política Externa e Estratégia de Cooperação Internacional, em várias áreas, nomeadamente:

Na busca de investimentos, de mais amigos e na consolidação das relações amistosas e de cooperação que mantemos com vários países e instituições multilaterais, quer sejam regionais, continentais ou internacionais;

Na delimitação e reafirmação das nossas fronteiras terrestres, lacustres, fluviais e marítimas;

Na assistência aos refugiados estrangeiros e requerentes de asilo em solo pátrio; e

Na protecção e defesa das comunidades moçambicanas e seus interesses na diáspora.

É a todos eles que exprimimos o nosso sentimento de gratidão, louvor e de encorajamento para que façam mais, porque não há limites quando se trata de servir Moçambique e o povo moçambicano.

Senhores Membros do Conselho Coordenador do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;

Ilustres Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

O lema escolhido para este Conselho Coordenador, que é **“Por uma Paz, Investimento e Desenvolvimento - Novos Desafios e Novas Abordagens”** está em consonância com as legítimas aspirações do nosso país, plasmadas na sua Constituição e demais instrumentos normativos de política externa.

Assim, dizemos porque o lema reflecte bem os desafios decorrentes da actual conjuntura que o nosso país atravessa, por um lado e por outro, procuramos a segurança e estabilidade, fazendo face à agressão terrorista que ameaça a integridade territorial e soberania nacional, sobretudo, na região Norte da Província de Cabo Delgado.

Aliás, esta foi a razão dos encontros preliminares que decorreram ontem.

Por outro lado, desdobramo-nos em esforços para mitigar, criar resiliência e capacidade de adaptação aos efeitos nefastos e de grande magnitude, decorrentes das mudanças climáticas que se traduzem em ciclones, cheias e secas, nunca antes vividos no nosso País, bem como da pandemia da COVID-19, com enormes consequências no tecido socio-económico e na vida dos cidadãos.

Estes desafios são tão gigantescos que a sua superação tem estado a exigir a conjugação de esforços internos e de outros parceiros, regionais, continentais e internacionais, por isso, cada um dos nossos agentes diplomáticos tem um papel a desempenhar na mobilização de sinergias e de recursos desses parceiros.

Por isso, queremos que o nosso diplomata assuma o espírito de criatividade e de entrega abnegada na angariação de mais investimento e iniciativas de desenvolvimento nacional, novas abordagens que permitam, de forma permanente, a materialização do lema deste Conselho Coordenador.

Ilustres Participantes!

Como é do vosso conhecimento, a Província de Cabo Delgado tem sido palco de acções, protagonizadas por grupos terroristas, desde Outubro de 2017. A violência armada provocou mais de duas mil mortes, mais de 850 mil deslocados e a destruição de diversas infra-estruturas económicas e sociais, públicas e privadas.

Como tiveram a oportunidade de ser informados ao detalhe, esta situação tende a melhorar com o trabalho conjunto que conta com o apoio do Ruanda e dos efectivos da Missão da SADC, em Moçambique (SAMIM) que têm desencadeado operações ofensivas de grande envergadura, que permitiram destruir bases e recuperar zonas onde havia presença de terroristas.

Estão, igualmente, em curso programas de formação das FDS, por nossa iniciativa e com parceiros como a União Europeia, Portugal, EUA, Reino Unido, RAS, Zimbabwe e outros países, para criar as capacidades necessárias, para fazer face ao terrorismo e outras ameaças.

Actualmente, a estratégia do Governo de Moçambique na luta contra o terrorismo assenta em três eixos, que devem ser por nós difundidos, nomeadamente:

- (i) **A estabilização da situação de segurança e a reposição da autoridade do Estado**, regresso de deslocados e normalização da vida das populações;
- (ii) **A reforma, capacitação e modernização das forças de defesa e segurança** para que estejam **aptas a cumprir, com eficácia e na plenitude, a sua missão**; e

- (iii) **Reconstrução e reposição do normal desenvolvimento social e económico**, com o regresso de todos os intervenientes privados e públicos, oferta de mais empregos e rendas às famílias antes deslocadas, sobretudo, jovens e mulheres.

Para que esta estratégia seja mais eficaz, está em finalização um mecanismo designado por *Mozambique Security Support Trust Fund*, que preconiza a mobilização de recursos de múltiplos parceiros e conjuga vários programas do governo e de parceiros.

O mecanismo outorga ao Governo de Moçambique a liderança e coordenação do processo, com intervenções socio-económicas a serem articuladas, através da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN) e implementadas por organismos do governo a todos os níveis e outros intervenientes, como agências multilaterais, ONG, entre outros.

Foi no quadro desta estratégia que nos temos desdobrado em contactos com diversos parceiros entre os quais a União Europeia, União Africana, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e países, bilateralmente, além da interacção, que sempre mantemos com a SADC e países vizinhos.

No mesmo espírito, o nosso Governo lançou o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado, orçado em cerca de 300 milhões de dólares norte-americanos e está em marcha o programa de retorno dos deslocados às zonas de origem.

Estas iniciativas contam com a comparticipação dos nossos parceiros de cooperação.

Senhores Membros do Conselho Coordenador do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação!

No que se refere aos nossos esforços para potenciar a economia, através do alargamento da cooperação e promoção de investimentos, avançamos bastante na viabilização da exploração dos recursos energéticos de que dispomos na bacia do Rovuma.

Com efeito, a conclusão da plataforma flutuante “Coral Sul LNG”, baptizada pela Primeira Dama da República de Moçambique, em 15 de Novembro de 2021, na Coreia do Sul, a sua chegada, ancoragem e ligação aos poços de gás natural, na Área 4 da bacia do Rovuma abre boas perspectivas para que, a partir do presente ano, o país comece a exportar LNG.

Este advento, além de colocar Moçambique no mapa dos grandes exportadores de LNG, impõe obrigações acrescidas à nossa diplomacia que terá de explorar este facto para identificar mais parceiros e investimentos para o país, para a exploração da cadeia de valor deste recurso e para outras áreas, igualmente promissoras na nossa economia.

A nossa diplomacia terá, igualmente, de se posicionar para tirarmos maior proveito da nossa filiação ao clube de países produtores e exportadores de gás natural, colhendo mais experiências e explorando oportunidades que são oferecidas naquele fórum.

Teremos, também, de empregar a nossa diplomacia para promover o desenvolvimento pleno e transformação dos hidrocarbonetos na bacia do Rovuma e outros recursos naturais presentes em todo o território nacional.

Nos últimos anos, a nossa diplomacia registou sucessos e a bandeira da moçambicanidade foi hasteada em vários quadrantes, o prestígio, o bom nome e o interesse nacional estiveram em evidência, através de várias acções, entre as quais relevamos as seguintes:

1. A 17 de Setembro de 2021, terminámos, com sucesso, a nossa Presidência da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que vínhamos exercendo desde Agosto de 2020. Foi um esforço encetado num contexto bastante atípico, repleto de adversidades e desafios, como acima apontámos (terrorismo na região norte de Moçambique, Pandemia da COVID-19 e efeitos das mudanças climáticas). Foi uma Presidência que esteve assente em 4 pilares, nomeadamente, a Educação, Ciência e Tecnologias; Saúde Pública e Resiliência às mudanças climáticas, com destaque para os desafios da região da África Austral resultantes da Pandemia da COVID-19. Deixamos como legado o lançamento do Centro de Operações Humanitárias e de Emergência da SADC (COHE), em Nacala, Província de Nampula, que passa a ser a principal base de apoio e assistência às populações afectadas por desastres naturais e provocadas pelo homem, como acções do terrorismo e conflitos armados e eventuais ameaças, ao nível da região que possam surgir. A institucionalização do Fórum de Negócios para que o processo de integração económica da SADC tenha o sector empresarial público e privado como protagonistas e os Governos como facilitadores do ambiente propício para a acção bem-sucedida destes *Fora*.

2. Dinamizámos e mobilizámos a solidariedade regional e sinergias dos Estados Membros da SADC na luta contra o terrorismo e extremismo violento, a que já nos referimos anteriormente com algum detalhe, o que culminou com o lançamento da Força de Alerta da SADC - SAMIM.
3. Recentemente, assumimos ao nível do continente africano, no quadro da União Africana, a responsabilidade de Campeões na Gestão de Desastres Naturais e outras Emergências, o que exige que continuemos a incidir os nossos esforços na mobilização de vontades, recursos e sinergias para que os Estados Africanos possam melhor gerir e responder às catástrofes e emergências.
4. A nossa candidatura a um assento de Membro Não-Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no mandato de 2023-2024, cujas eleições terão lugar no próximo mês Junho, em Nova Iorque.

Na ocasião, do lançamento da candidatura, a 16 de Setembro de 2021, dissemos que o nosso compromisso com a paz era total e inabalável, daí que, vezes sem conta, o nosso país emprestou as suas valências, seja em representação do Estado, seja individualmente por moçambicanos para mitigar conflitos ou encontrar soluções negociadas para situações de divergência.

No plano da mobilização de recursos e apoios ao nosso desenvolvimento e no quadro da Estratégia de Cooperação Internacional e diplomacia económica, temos continuado a manter a interacção com os nossos parceiros de desenvolvimento, sobretudo, as instituições da Bretton Woods, tendo conseguido concluir um Acordo com o Fundo Monetário Internacional, no sentido de continuar o programa de apoio ao desenvolvimento económico.

Este entendimento resulta, por um lado, dos esforços que o país tem estado a empreender na realização de reformas que promovem a transparência e responsabilização na gestão de recursos públicos e recebidos de parceiros e outras medidas monetárias e fiscais, visando consolidar a estabilidade macro-económica e criar um ambiente favorável ao desenvolvimento. Por outro lado, mostra a recuperação da confiança e credibilidade do país, perante os parceiros e abre boas perspectivas para o retorno ao financiamento directo ao orçamento geral do Estado, um mecanismo que está em conformidade com a nossa Estratégia de Cooperação Internacional, permitindo que os recursos disponibilizados por parceiros atendam às prioridades plasmadas no Programa Quinquenal do Governo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

O ambiente global ainda se caracteriza pelo impacto da pandemia da COVID-19, que apesar do relativo abrandamento, suscita cuidados acrescidos; impacto de eventos extremos decorrentes de mudanças climáticas, persistência de actos terroristas e de crime organizado transnacional e conflitos e disputas geo-políticas, com o destaque para o conflito Russo-Ucraniano, cujos impactos já se fazem sentir na subida de preços de combustíveis e de alimentos.

É neste quadro que a nossa acção diplomática e a dos seus agentes, que sóis vós, membros do Conselho Coordenador, deve ser orientada pelos nossos instrumentos normativos, mormente, a Constituição, a Política Externa e a Estratégia de Cooperação Internacional, conjugada com o contexto actual prevalecente no mundo, na região e no país, bem como em cada um dos países onde actuamos.

Os nossos diplomatas devem, por conseguinte, estar bem informados e sensibilizados do contexto do nosso país e, com detalhe, conhecer a situação política, económica e de segurança do país, sobre as accões terroristas em alguns distritos da província de Cabo Delgado, sobre os efeitos das mudanças climáticas, sobre a COVID-19 e outras pandemias e, sobretudo, a resposta, prioridades definidas e as medidas que o nosso Governo tem tomado para fazer face a essas adversidades e desafios.

Munidos desse conhecimento profundo sobre o país e sobre o contexto global e de cada país onde actuam, melhor saberão mobilizar a cooperação e os recursos necessários para complementar os nossos esforços, bem como saberão explicar e fazer entender aos parceiros sobre a realidade e não as percepções de que muitas vezes são alimentados, por actores que prosseguem os seus interesses, nem sempre coincidentes com os nossos.

Saberão, por exemplo, que o vosso Governo se tem desdobrado em acções de prestação de socorro e assistência humanitária aos nossos compatriotas, assolados pelos desastres naturais e decorrentes da violência perpetrada pelos terroristas, criando condições de acolhimento transitório e alimentação, ao mesmo tempo que buscamos soluções definitivas resilientes aos desafios, incluindo o regresso às zonas de origem.

Caros Fazedores da Economia Nacional!

No âmbito da contínua materialização do preceituado na nossa política externa, no sentido de “fazer mais amigos e estabelecer mais parcerias”, quero felicitar ao MINEC por ter cumprido a nossa decisão de abrir a nossa Embaixada em Doha, Qatar e o nosso Alto Comissariado em Kigali, capital do Ruanda.

O Qatar fica no coração do Golfo Pérsico, com fácil acesso aos países do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC) e ao Médio Oriente. Localizado a meio caminho da costa oeste do Golfo e espalhado por 11.000 quilómetros quadrados, o Estado do Qatar beneficia-se de sua localização estratégica - a meio caminho entre a Europa e a Ásia.

Este país árabe é um elo de ligação entre o Oriente e o Ocidente, sendo que a fácil acessibilidade de algumas das principais cidades do mundo, a partir do Qatar fez de si um destino preferencial para investidores e empreendedores.

Por sua vez, o Ruanda, situado nas colinas da África Centro-Oriental e nos Grandes Lagos e de solo fértil, com uma população de cerca de 13 milhões de habitantes, embarcou em importantes reformas económicas e estruturais, que se têm saldado em taxas de crescimento económico sustentáveis na última década.

Os países aos quais me referi anteriormente constituem casos para reflexão na prossecução dos objectivos económicos e sociais, daí a decisão de neles se estabelecerem Missões Diplomáticas. Destas Missões diplomáticas e dos demais colegas com quem trabalham, esperamos maior actuação na angariação de experiências multifacetadas para o bem de todos nós, como país.

Senhores Membros do Conselho Coordenador do MNEC;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

No quadro do desafio de candidatura da República de Moçambique a membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas no mandato 2023/2024, recomendamos que prossigam, com maior intensidade, com a mobilização de apoios, para que tenhamos êxito na nossa pretensão, exploremos todas as excelentes relações que mantemos com vários países até à data da eleição a 9 de Junho de 2022.

Saúdo o facto de estarmos a tirar proveito das nossas excelentes relações de irmandade, de amizade e de cooperação com a República do Quénia, tendo mandatado para este país, de 9 a 16 de Abril passado, uma equipa técnica para sessões de indução e de troca de experiências sobre o desempenho no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Ainda no contexto das prioridades da nossa política externa, sobretudo, na expressão e defesa dos interesses de Moçambique no exterior, reafirmamos a exortação no sentido de o Ministério prestar atenção especial à nossa diáspora.

Reiteramos a necessidade do reforço das acções de protecção e assistência às comunidades moçambicanas na diáspora, com realce para a sua melhor inserção na vida económica e social nos países de acolhimento, encorajando uma participação mais activa, na vida política e nos esforços de desenvolvimento do nosso País.

No mesmo prisma, somos signatários de compromissos internacionais que orientam a assistência humanitária e protecção aos refugiados e requerentes de asilo.

Daí que continuemos a instar ao Ministério para assumir esta responsabilidade com a devida proporcionalidade que a actual conjuntura exige, no processo de acolhimento desta população alvo, em conformidade com a legislação nacional e internacional relevante.

A nossa principal recomendação é que já a meio do mandato deste ciclo, façamos uso deste Conselho Coordenador para avaliar com profundidade o desempenho em função das metas que estabelecemos como o sonho nacional para este ciclo de governação e que constam do Programa Quinquenal do Governo, com os respectivos indicadores.

Não fará sentido um debate à leste dos objectivos estratégicos que nós próprios colocámos como possíveis neste mandato.

Outrossim, enalteçemos e estimulamos a dedicação e a entrega que vos têm caracterizado, nas diversas frentes de actuação, na busca do melhor para o país e para o povo moçambicano. Queremos desejar-vos votos de bom trabalho e que saiam deste Conselho Coordenador, mais motivados para fazer face aos desafios que se nos apresentam.

Assim, temos a honra de declarar, oficialmente, aberto o Décimo Conselho Coordenador do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Obrigado pela atenção!